



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

STHEFANY ALVARES QUEIROZ

**PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS INDICADORES DA UEPB E UFCG**

**CAMPINA GRANDE
2022**

STHEFANY ALVARES QUEIROZ

**PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS INDICADORES DA UEPB E UFCG**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

Q3p Queiroz, Sthefany Alvares.
Plano Estadual de educação do estado da Paraíba
[manuscrito] : uma análise comparativa dos indicadores da
UEPB E UFCG / Sthefany Alvares Queiroz. - 2022.
31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior ,
Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Educação superior. 2. Plano Estadual de Educação da
Paraíba. 3. Administração política. I. Título

21. ed. CDD 378


STHEFANY ALVARES QUEIROZ

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS INDICADORES DA UEPB E UFCG

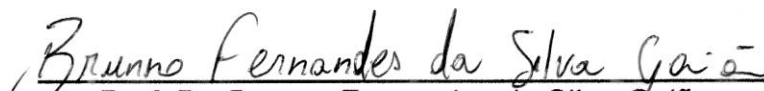
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso de
Administração da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Administração

Aprovada em: 21/04/2022.

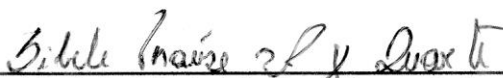
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Brunno Fernandes da Silva Gaião
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.ª Sibeke Thaise Viana Guimarães
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha mãe Sueli Alvares, minha irmã Emanuely Alvares e minha avó Ivonete Silva, por todo apoio e incentivo nesta jornada.

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA	08
2.1	<i>Administração Política e sua correlação com a Educação</i>	11
2.2	<i>Educação Superior</i>	12
2.3	<i>Plano Estadual da Educação da Paraíba e suas metas para o Ensino Superior</i>	15
3	METODOLOGIA	17
3.1	<i>Tipo de estudo</i>	17
3.2	<i>Identificação da fonte</i>	17
3.3	<i>Tratamento dos dados</i>	17
3.4	<i>Construção lógica e redação de trabalho</i>	18
3.5	<i>Aspectos éticos</i>	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
4.1	<i>Contextualização das instituições de Ensino Superior da Paraíba: UEPB e UFCG</i>	18
4.1.1	<i>Meta 20</i>	19
4.1.2	<i>Meta 21</i>	22
4.1.3	<i>Meta 20</i>	24
5	CONCLUSÃO	25
6	REFERÊNCIAS	27

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES DA UEPB E UFCG

QUEIROZ, Sthefany Alvares*

RESUMO

O Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE/PB) caracteriza-se como um importante instrumento de mensuração, avaliação e controle. Este documento baseia-se nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), e foi constituído através de um processo democrático e participativo de diferentes setores da sociedade visando discutir planos e definir metas e estratégias para as etapas, níveis e modalidades de ensino para o período decenal de 2015 à 2025. Nesta perspectiva, o objetivo deste estudo é O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise comparativa sobre cumprimento das metas 20,21 e 22 do PEE da Paraíba, em duas instituições públicas de Ensino Superior do estado: a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Além disso, é foco do artigo relacionar os dados obtidos com a administração política, campo do conhecimento que busca compreender a gestão das relações sociais, no qual assume um caráter crítico e analítico. Para operacionalização do estudo, foram realizadas pesquisas documentais em relatórios de gestão das instituições referidas e foi realizado um levantamento bibliográfico referente à Administração Política. Os resultados encontrados nos dão conta que a UEPB e a UFCG estão em busca de cumprir as metas estabelecidas para o ensino superior do plano. Ambas instituições estão com um desempenho semelhantes. No que diz respeito a meta 20, a UFCG possui um total de matriculados superior a UEPB. Não foi possível realizar uma análise completa com relação a meta 21, visto que a partir do ano de 2018 os dados referentes a titulação dos docentes não ficaram claros nos Relatórios de Gestão da UFCG. Referente a meta 22, os dados obtidos sobre o número de matrículas na Pós Graduação *Stricto Sensu* apontam que a UFCG destaca-se, em um somatório deste quantitativo nos anos analisados, pois a mesma está à frente com 1.061 matrículas ao comparar com a UEPB. Em conformidade, observa-se a necessidade de revisão das metas do Plano, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID-19 que prejudicou o desempenho das instituições em virtude das paralisações ocasionadas nesse período. Contudo, ainda que neste cenário atípico as instituições buscaram cumprir as metas destinadas ao Ensino Superior e isto vem refletindo no alcance e na qualidade da educação superior ofertada pela a UEPB e UFCG.

Palavras-chave: Educação superior. Plano Estadual de Educação da Paraíba. Administração Política.

ABSTRACT

The State Education Plan of Paraíba (PEE/PB) is characterized as an important instrument of measurement, evaluation and control. This document is based on the guidelines of the National Education Plan (PNE), and was created through a democratic and participatory process by different sectors of society aiming to discuss

*Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I

E-mail: sthefany.queiroz@aluno.uepb.edu.br

plans and define goals and strategies for the stages, levels and modalities of education for the ten-year period from 2015 to 2025. In this perspective, the objective of this study is The objective of this research is to carry out a comparative analysis on the achievement of goals 20, 21 and 22 of the PEE of Paraíba, in two public institutions of Higher Education in the state: the University State of Paraíba (UEPB) and at the Federal University of Campina Grande (UFCG). Furthermore, the article focuses on relating the data obtained with political administration, a field of knowledge that seeks to understand the management of social relations, in which it assumes a critical and analytical character. For the operationalization of the study, documentary research was carried out in management reports of the mentioned institutions and a bibliographic survey was carried out regarding Political Administration. The results found tell us that UEPB and UFCG are seeking to meet the goals established for higher education in the plan. Both institutions are performing similarly. With regard to goal 20, UFCG has a total number of enrollments higher than UEPB. It was not possible to carry out a complete analysis in relation to goal 21, since from the year 2018 onwards, the data regarding the qualifications of professors were not clear in the UFCG Management Reports. Regarding goal 22, the data obtained on the number of enrollments in the Postgraduate Stricto Sensu show that the UFCG stands out, in a sum of this amount in the years analyzed, as it is ahead with 1,061 enrollments when compared to the UEPB. Accordingly, there is a need to review the Plan's goals, due to the impacts caused by the COVID-19 pandemic, which hampered the performance of institutions due to the stoppages caused in this period. However, even in this atypical scenario, the institutions sought to meet the goals for Higher Education and this has been reflected in the scope and quality of higher education offered by UEPB and UFCG.

Keywords: College education. State Education Plan of Paraíba. Political Administration.

1 INTRODUÇÃO

O direito à educação para todos tem sido tema de discussão nas últimas décadas. Desta forma, o Plano Estadual de Educação (PEE) é um grande instrumento para consolidação de políticas e ações em busca da oferta e qualificação da educação para o estado da Paraíba. Este documento baseia-se nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), que observando as particularidades regionais, constitui-se em um processo democrático, participativo e ativo dos mais distintos setores da sociedade, neste propósito foram discutidos planos e definidas metas, diagnóstico e estratégias para as etapas, níveis e modalidades de ensino para o período decenal de 2015 à 2025.

Compreende-se que a educação tem como finalidade inserir o homem no contexto social, intelectual, técnico e moral. Segundo Vieira (2012), a educação é um agente responsável pela produção do conhecimento e riquezas, alavanca a economia de um país, geração de empregos e contribui para qualidade de vida das pessoas.

Nesse contexto, é função do Estado organizar e estruturar as instituições reconhecendo-as como instrumento de transformação social e de desenvolvimento, neste sentido questionamos qual a contribuição de duas universidades na efetividade das metas do PEE? O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise comparativa sobre cumprimento das metas 20, 21 e 22 do PEE da Paraíba nas instituições de ensino superior Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Diante disso, a Administração Política (AP) ganha evidência para este estudo, em razão da importância do seu papel quando as estratégias adotadas com o objetivo de consolidação voltada a materialidade. Desta forma, esta assume um caráter normativo e prescritivo (SANTOS, 2017). Sua maior contribuição baseia-se em promover benefícios a sociedade, denunciando ações que fogem deste objetivo. Com isso, ela proporciona uma rica discussão associada às particularidades dos problemas sociais, trilhando uma trajetória rumo ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Assim, este estudo torna-se relevante por possuir responsabilidade de caráter coletivo, vinculado à ampliação e reflexão de todo o sistema educativo. A experiência democrática envolve a necessidade de mensurar e avaliar as políticas públicas, portanto para o controle social é fundamental dispor de informações que possibilitem cobrar a gestão e exigir possíveis mudanças nos rumos das ações da gestão.

O estudo foi estruturado em quatro seções. A primeira é esta, na qual introduziu-se a pesquisa. A segunda apresenta os conceitos que nortearão a discussão. A terceira seção busca apresentar a forma de condução da pesquisa, com os materiais utilizados em cada passo. Em seguida, apresenta-se e discute-se os resultados desta análise documental, com o intuito de conhecer e caracterizar os frutos obtidos através da execução das metas de Ensino Superior. Por fim, realizou-se uma breve reflexão sobre a importância da administração política para a compreensão da análise referente ao cumprimento das metas pela UEPB e UFCG.

2 ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Viver em sociedade precede existir politicamente, isso implica que tudo aquilo que for desenvolvido pela humanidade vai exercer de alguma forma esse caráter

subjetivo. Negar este fato é ir contra a realidade ou mesmo a tentativa de assumir uma posição de neutralidade já é um ato intrinsecamente político.

Nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é intrínseco, pois está no sujeito e no objeto. A própria realidade social é ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos, que não poderiam — mesmo que o quisessem — ser neutros. Não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la (DEMO, 1995, p. 19).

A tentativa de propagação da neutralidade como uma posição justa e possível, gera um empobrecimento nas relações sociais, fazendo com que aqueles mais desatentos a assumam como valor moral, nublando a sua concepção acerca do que acontece a sua volta e os colocando numa corrente que vai direcioná-los contra a si próprios. Ribeiro (2006, p. 186) afirma que em um jogo de forças, quando alguns indivíduos se recusam a participar, o seu não-comparecimento favorece para que o lado mais forte ganhe. Analisando a sociedade dividida em classes, quando as partes já marginalizadas permanecem nessa penumbra o seu direito de escolha sobre o próprio destino lhes é negado.

Trazendo ao contexto o campo científico — esta ferramenta essencial para evolução da humanidade — de forma alguma pode assumir a perspectiva neutra, pois fazê-lo assim seria retirar a sua capacidade de criticidade, parte inerente ao seu processo (OLIVEIRA, 2003). Visto que a ciência não pode se limitar aos seus pressupostos técnicos, teóricos e metodológicos cabe a ela também explorar seu papel na sociedade e em conjunto da educação contribuir na formação de cidadãos capazes de pensar emancipadamente e participar ativamente da vida pública (OLIVEIRA, 2003, p. 162-163).

Neste ensejo, ao tratar-se das ciências sociais aplicadas, as quais têm por objetivo analisar o modo que as pessoas se relacionam com o ambiente que as circunda, esta seção trará a administração enquanto escopo crítico, assumindo o seu caráter de ciência social aplicada e política.

O primeiro ponto apresentado é a necessidade de afirmar a independência da administração, pois como coloca Santos (2017) a administração política é uma ciência que por muito tempo ficou subordinada a outras áreas de conhecimento, como a economia, restringindo-se apenas a servir aos interesses do desenvolvimento do capitalismo. Esses mesmos autores continuam ressaltando que é preciso esta superação, para que a sua definição ganhe bases epistemológicas e identidade forte.

Devido a esta imprecisão a administração passou a ser um conteúdo de muitas discussões rasas, com estudos que pouco se preocupavam em analisar a realidade concreta, influenciando os próprios estudiosos e os que viriam a se formar a partir de seus ensinamentos por um caminho que é mais orientado a aplicação/reprodução da técnica do que com a reflexão dos pressupostos (SANTOS, 2017). Porém, nas últimas décadas muitos acadêmicos têm unido esforços para dar a administração independência e destacar seu caráter político e científico, muito necessário ao se considerar as questões políticas, sociais e econômicas (SANTOS, 2017).

Neste sentido, Santos (2017) define a administração política como sendo a área que vai examinar como se dá a “gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição, com finalidade do bem estar da sociedade e, assim, dar sentido à existência”. Ainda de acordo com o autor Santos (2001, p. 67) “a

administração política é a expressão das relações do Estado com a sociedade na concepção do projeto de nação, então o modelo de gestão (bases institucionais e organizacionais) para a implementação desse projeto constitui o objeto da administração”.

A partir destes argumentos faz-se necessário apresentar o conceito de administração política e o seu objeto de estudo, é interessante frisar a ligação formada entre a gestão e os termos: relações sociais e relações do Estado, ligação esta que também é frisada por Amaral, Monteiro e Almeida (2015), ao sintetizarem que o objeto de estudo da Administração Política é, a um mesmo tempo, a gestão social ou gestão das relações do Estado com a sociedade e a busca por um determinado modelo para essa gestão social. Modelo que segundo Santos (2010, p. 16) seria a formulação de um projeto de nação que coopere para a promoção do bem-estar social coletivo livrando o povo “do seu esforço cotidiano de produzir a materialidade de que tem necessidade para sobreviver como espécime da natureza”.

Ao adotar a gestão como foco, Santos (2017) acrescenta que nela já estão incluídos os princípios da gerência e da administração, pois ambos são interligados e indissociáveis. Santos, Ribeiro, Ribeiro e Pinto (2017) também colocam que fazer essa separação entre ambas é apenas uma estratégia pedagógica para uma compreensão facilitada, na prática as três acontecem simultaneamente. Estes autores, concordam que ao atribuir o pensamento questionador a gestão não está inclusas a sua propriedade técnica, mas sim, evidenciando sua possibilidade de trabalhar tanto no campo profissional como no campo político.

Considerando a proposta deste trabalho faz-se interessante retomar algumas contribuições do Manifesto da Administração Política elaborado por Reginaldo Santos ao discutir o papel da administração para a construção do desenvolvimento social. Neste documento o autor aborda que há uma interpretação incorreta dos problemas decorrentes das relações sociais de produção, realização e distribuição, pois são influenciadas pelas teorias liberais que prezam pela concentração de recursos e ao fazê-lo assim prejudicam a distribuição de renda e riqueza, impactando na prosperidade social de modo geral, travando as mudanças que poderiam ser criadas para execução da sociedade bem-estar comum (SANTOS, 2010).

Continuando, o autor postula que para conseguir transpassar essa problemática e alcançar a finalidade da administração política os administradores têm de assumir o seu papel de agente transformador, sendo capazes de elaborar um projeto de mudança que compreenda desde a análise da heterogeneidade social (concepção) até a parte que vai por em prática o que se foi pensado (execução), conclui então, ao dizer que a disfunção é dada pela forma como a gestão vem sendo implementada.

Dessa forma, sintetizando os estudos dos autores aludidos as ações administrativas políticas caracterizam-se por carregar uma tendência fortemente analítica de todo meio social — o Estado, os agentes econômicos e a sociedade — ao estar frequentemente questionando a manutenção do *status quo*, apontando a necessidade de transformação das estruturas políticas tradicionais brasileiras que corroboram para continuação de mazelas sociais que impactam diretamente a possibilidade de uma formação societal que preza pelo bem viver coletivo. Mostrando a urgência da administração assumir o seu compromisso de melhor gerir as relações sociais de produção e distribuição, ao retomar um de seus princípios fundamentais, a práxis.

2.1 Administração Política e sua correlação com a Educação

Historicamente, na área educacional a administração está relacionada as formas de compreender a organização das instituições, incluindo as públicas. A compreensão da administração dá-se pela finalidade e objetividade que permitem o seu compartilhamento, salienta-se que a mesma está estruturada através de métodos, teorias e linguagens próprias, as quais possuem como foco compreender e direcionar as atividades humanas. Desta forma, compreende-se como responsável da gestão das relações de produção e distribuição o novo campo do conhecimento, que busca resolver algumas questões que envolvem a gestão: a Administração Política.

Destarte, a gestão é uma categoria essencial, sendo a administração política o campo do conhecimento que proporciona uma maior interação do Estado com a sociedade, do ente político com o econômico e social e vice-versa. Assim, a administração adota uma dimensão política na qual vincula-se aos atos e fatos administrativos e volta-se para a gestão e não apenas a organização.

Nesta perspectiva, para Santos, Ribeiro e Santos C. (2009) a construção de um projeto de nação, decorre das preocupações com a gestão de um país e devem ser estruturados em quatro pilares, sendo eles: a saúde, educação, segurança e infraestrutura. Vale ressaltar que, as políticas sociais devem ser desenvolvidas para garantir o bem-estar da sociedade ao mesmo tempo que contribuem para um desenvolvimento humano sustentável. Neste contexto, a participação democrática nas decisões pertinentes à sociedade torna-se de relevante, visto que decisões hierarquizadas ocasionam falta de motivação por parte daqueles que vão implementá-las e somado a isto aumentam as chances de serem tomados rumos equivocados longe de atender os interesses da sociedade.

Torna-se imprescindível que a administração política - enquanto campo do conhecimento responsável por refletir sobre as relações sociais e organizacionais nas suas formas de gestão de produção, circulação e distribuição - possibilite o alcance de transformações das práticas sociais de forma concreta. Somado a isto, para Gonçalves (2011) a importância de práticas de gestão que possibilitem que a sociedade se veja como um agente transformador com consciência coletiva dos seus direitos e voz ativa para reivindicar que as ações do Estado reflitam o interesse público, rompendo os limites impostos pela democracia representativa, visto que é necessária a consciência coletiva de pertencimento para exercício pleno dos direitos de cidadão.

A maior efetividade das políticas, se dará à medida que os tomadores de decisões de caráter público, estiverem mais próximos da realidade e das particularidades que permeiam as demandas locais, sendo assim estruturam formas inovadoras de gestão das políticas sociais o que “tem favorecido à criação e consolidação de espaços institucionais de participação e fomento da reestruturação de forma tradicional de se pensar política” (GONÇALVES,2011, p. 79).

Com isso, o avanço obtido pelas políticas públicas no Brasil decorre também da exigência sob ponto de vista legal planejado. A necessidade de uma estruturação e formulação de planos para as áreas de saúde, educação, segurança, assistência social, dentre outros se dá pelo objetivo de orientar e auxiliar os gestores para a formulação, condução e o aprimoramento das políticas permanentes que tendem a ser consideradas como de Estado, com o foco na melhoria da prestação de serviço à sociedade.

Salienta-se ainda que há a necessidade de mensurar, avaliar e inferir sobre as políticas públicas. Segundo Gomes (2012), deve-se assumir o compromisso de contribuir com reflexões e a proposta de políticas que atendam aos ditames necessários para a garantia de certo nível de bem-estar coletivo. Neste sentido, um modelo democrático participativo torna-se relevante, visto que busca defender a construção de novas relações entre Estado e sociedade com o estabelecimento de uma cultura de participação política de forma inclusiva.

Portanto, a administração política voltada para as diretrizes da administração pública, proporciona uma discussão relacionada as minúcias dos problemas sociais, trilhando um caminho sólido para planejar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas. Ao considerar o cenário brasileiro nos tempos atuais e as suas transformações no contemporâneo, para enfrentar essas profundas modificações, necessita-se de políticas públicas voltadas para a área da educação. Segundo Glat (2004) a convicção da implementação dessas políticas torna-se relevante devido à qualidade voltada à educação, visando o fomento do papel e responsabilidade das instituições de ensino no ambiente a qual está inserida.

No que se refere ao ensino superior, a vocação primária da universidade é o ensino em primeiro plano, seguido da atuação para a produção do conhecimento através da pesquisa, cujo resultados conseguem impactar diretamente na transformação da realidade, o terceiro eixo construtivo é a extensão, voltada diretamente para a sociedade, retroalimentando a produção do conhecimento acadêmico e sua disseminação e concretização em práticas sociais (GLAT, 2004).

Compreende-se que a política pública é concretizada através de uma gestão orientada para a participação da sociedade no acompanhamento dos planos de educação, visto que se refere a um movimento contumaz de educação para todos (NUNES, 2018). Em síntese, Nunes (2018) afirma que para ocorrer efetivamente uma educação acessível a todos, é necessário que haja um monitoramento das políticas públicas com a finalidade de exigir um posicionamento dos atores incumbidos.

No contexto paraibano, a elaboração complexa do PEE/PB foi envolta pela participação social e democrática, com objetivo de estruturar o documento norteador das políticas públicas educacional da Paraíba para o período de 2015 à 2025, estabelecendo ações voltadas à melhoria da qualidade da educação e defronte as desigualdades (PARAÍBA, 2015).

Ressalta-se, nesse caso, o papel da adoção dos instrumentos da Administração Política quanto às estratégias adotadas para fomento da educação, considerando todas as peculiaridades do estado. Destarte, salienta-se as ações adotadas para garantia do bem estar da sociedade.

2.2 Educação Superior

A educação superior é essencial para o desenvolvimento do estado, atribuída a ela a faculdade de exercer externalidades positivas para a economia regional, sendo fator significativo de investimento em capital humano, na qual apresenta retornos no crescimento econômico e bem estar social, por tanto deve ser incentivada, visto que no Brasil a educação superior ainda é excludente (VONBUN, 2012).

A partir disso, entende-se a contribuição da gestão pública que se dá através das ações de instituições e organizações de diversos setores, coletivos da sociedade civil e indivíduos, essas ações se constituem através do planejamento, do

desenvolvimento, da execução e do acompanhamento da aplicação e do resultado das mesmas; a estrutura, no sistema democrático, deve atender a demandas da sociedade. Dessa forma, o Estado, responsável pela gestão pública, age através das políticas públicas, que podem ser feitas por atores governamentais e não governamentais, definidas no Manual de Políticas Públicas (2008) como sendo

[...] a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população. (LOPES; AMARAL; WAHRENDORFF, 2008, p.05).

Destarte, as políticas públicas visam resolver problemas públicos, diagnosticar uma situação atual e estabelecer uma situação ideal para ser almejada, de forma a criar ações para se aproximar da situação ideal. Para Leonardo Secchi (2013), "política pública é uma ou um conjunto de diretrizes para enfrentar um problema público". Ademais, esta vem a existir e se estabelecer para solucionar um problema que é reconhecido como coletivamente relevante, pois, com a falta de consenso na literatura especializada em relação à definição do que é uma política pública, torna-se fundamental identificar objetivamente a sua função primordial (SECCHI, 2013).

Estabelecida a razão e a importância da existência de políticas públicas, e, da participação da sociedade na formação destas, chamemos a atenção para as que são direcionadas à educação, objeto de estudo do presente artigo, pois a educação propicia o real desenvolvimento social. A educação, enquanto direito social garantido pela Constituição Federal (CF) requer a formulação de políticas públicas sociais, essas que devem determinar o padrão de proteção social oferecido pelo Estado, através de um programa de governo, que irá administrar a redistribuição dos benefícios que visam a redução das desigualdades sociais estruturais, essas políticas devem ser pensadas pela e para sociedade como um todo, não apenas pelos organismos do aparato estatal (HÖFLING, 2001).

Como visto, as políticas de educação são destinadas à prestação da garantia fundamental de acesso à educação pela população, através do diálogo com a sociedade e a partir de planos de governo que são implementados pelo Estado. Com isso, sabe-se que essas políticas podem sofrer alterações de acordo as alternâncias de gestões governamentais, para isso, há que se diferenciar o que é a política de governo e o que é a política de Estado, Dutra (2021) esclarece que a política de Estado independe da gestão do governo que vigora, pois está contida na CF de 1988 e deve ser mantida e executada por qualquer governo que seja eleito, já a política de governo, pode ser modificada de acordo com a gestão vigente, mas, mesmo com a alternância de poder, não pode se eximir da sua função e nem violar o que está garantido pela Constituição (DUTRA, 2021).

No caso específico da educação superior, identifica-se constantemente que a reconfiguração desta vem se dando a partir da adequação às necessidades mercadológicas, o que exige maior atenção para a redefinição daquilo que é de

interesse público e do que é de interesse privado, pois com a ágil adaptação do mercado à realidade que se apresenta, este acaba por se expandir e interferir em âmbitos que são de direito da administração pública direta, ou seja, de caráter estratégico para o fortalecimento das políticas sociais. (PAIXÃO, 2010)

A necessidade de uma política de educação apartada dos vínculos com os planos econômicos de cada governo é primordial para que tenhamos um desenvolvimento social sólido, constante e qualitativo, já que este, embasado na busca pelo bem-estar social, depende de uma complexidade enorme de aspectos subjetivos, que remetem à dignidade humana e ao direito à vida por exemplo, o que se difere do desenvolvimento econômico, que é quantitativo e baseado nos números (CORRÊA, 2013).

As políticas de educação devem ser idealizadas levando em conta as particularidades e as premências da sociedade brasileira, partindo de uma visão crítica que reconheça os desafios e as contradições da estrutura política do nosso Estado, assim como dito pela autora Eloisa de Mattos Höfling (2001)

[...] uma administração pública – informada por uma concepção crítica de Estado – que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. Mais do que oferecer “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada”.

Com isso não se busca afirmar que o desenvolvimento econômico do país não deve ser almejado, mas sim, que a política de educação não deve se apoiar em interesses meramente econômicos do mercado, onde quase sempre grupos restritos tomam as principais decisões, objetivando o desenvolvimento quantitativo. Assim, como no pensamento de Celso Furtado que analisa e reflete sobre o possível desenvolvimento da Venezuela, no ensaio “O desenvolvimento recente da economia venezuelana”, em relação aos investimentos na educação enquanto política social prioritária para o Estado que também contribui para o crescimento da economia, além de ser de suma importância para o desenvolvimento civilizatório (apud RONCAGLIA, CARDOSO, 2020)

“Primeiro, contribuem diretamente para elevar o nível cultural e técnico da população, ou seja, para o aperfeiçoamento do patrimônio humano da nação. Ora, todo investimento feito nas pessoas possui um caráter de autoexpansão e de continuidade nas novas gerações. É um processo em cadeia e por natureza irreversível. Segundo, os investimentos desse tipo se concretizam em serviços de caráter permanente, isto é, geram um fluxo importante de salários que vão contribuir para a expansão do mercado interno”.

Entende-se que política é a necessária forma que a sociedade dispõe para se organizar e perseguir o bem comum, a convivência mais harmônica virá da estabilidade da democracia, atendendo às necessidades de toda a sociedade.

Dessa forma, compreendendo e identificando os desafios que esta enfrenta, proporciona-se um ambiente político direcionado para o desenvolvimento social legítimo, com a implementação de ações próprias para a nossa realidade.

2.3 Plano Estadual da Educação da Paraíba e suas metas para o Ensino Superior

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal promulgada em 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado, em virtude disto esta temática tem sido um dos principais assuntos de discussão nas últimas décadas (VASSOLER, 2019).

Em consonância com Rangel (2012), a educação trata-se de um direito fundamental, que se vincula a dignidade da pessoa humana e a cidadania, pois no artigo 3º da CF 1988, a mesma apresenta-se como um dos mecanismos necessários para a execução dos objetivos da República Federativa do Brasil.

Compreende-se que enquanto a sociedade buscar garantir o direito de acesso a educação, a figura do Estado funciona como possuidor do poder e deve de agir. Nesta perspectiva, a produção do conhecimento possibilita a construção de sujeitos sociais críticos e conscientes, passa-se a ter a crescente necessidade de organização do ensino de forma racional (MORAI, 2019).

Para Celso Furtado (2002), a educação constitui-se com empenho de promover a qualidade do fator humano em seus registros sobre o desenvolvimento. Compreende-se a necessidade de investir em instrumentos que promovam a consolidação de políticas e ações em busca da oferta e qualificação da educação.

A educação interfere no tempo, e, melhorando se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Em criança eu já ouvia falar no Japão; já que tinha alfabetizado 100% da população no fim do século XIX. Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento (FURTADO, 2002, p.19).

Visto esta necessidade, por meio de determinação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no artigo 87, o Brasil instaura uma reforma na educação. Após 4 anos foi implementado o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011) no qual denota como foco a extinção da desigualdade social por meio do acesso e permanência no ambiente acadêmico, e também enaltece a importância da diversidade e inclusão (VASSOLER, 2019).

Para realização da CONAE/2010, conferências regionais preparatórias, por meio de um espaço democrático aberto pelo Poder Público, por meio de apontamentos resultou-se no novo PNE, composto por diretrizes, metas e estratégias, promulgado por meio da Lei nº 13.005/2014, com a finalidade de abranger todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional.

A definição de uma política educacional constitui-se em um processo democrático, participativo e ativo de sujeitos dos diversos setores da sociedade, inspirado no PNE o desafio para os estados foi lançado para elaboração de seus respectivos planos.

O PNE estabelece uma série de encaminhamentos que estruturam a educação nacional para um decênio, contudo os dispositivos propostos são de

amplo alcance, os quais requerem ações articuladas entre os estados para efetivarem planos estaduais e municipais, monitorando a sua realização e incrementando fóruns para que este se torne realidade.

Na esfera estadual os respectivos planos seguem as diretrizes, metas e estratégias alinhadas ao plano nacional, desta forma, os PEE são considerados importantes instrumentos de gestão, cuja particularidade implica em integrar objetivos e metas do plano nacional, traduzindo-os para a realidade territorial do estado e, como também prever a sua articulação às demandas municipais, a fim de que essas localidades possam adequar o planejamento nacional às suas particularidades (NUNES, 2018, apud SOUZA; MENEZES, 2017, p.3).

Vale destacar que o estado tem por obrigação envolver a sociedade no acompanhamento do processo de monitoramento e avaliação dos planos, visto isso como essencial para a transparência decorrente do acesso as informações. Essa mobilização social propicia o controle que decorre do Plano Estadual em busca da qualidade na educação (VASSOLER, 2019).

A elaboração do PEE na Paraíba, foi uma construção da sociedade representada por comissões temáticas, formadas por representantes de sindicatos, conselhos, universidades, escolas, instituições públicas e privadas de ensino e dos movimentos sociais sob a direção do Conselho Estadual de Educação (PARAÍBA, 2015).

A inquietação com a qualidade da educação é um tema que recentemente vem se desenvolvendo em esferas de nível superior, visto a preocupação adicional como objeto de investigação do direito à educação, no âmbito igualitário a qualidade do ensino que é oferecido (VASSOLER, 2019). As metas para o ensino superior são:

Meta 20 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa Líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 21 – Elevar, no estado da Paraíba, a qualidade da educação superior e a ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Meta 22 – Ampliar o número de mestres e doutores na Paraíba, a fim de contribuir com a União na elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores (PARAÍBA, 2015).

Neste cenário, desde que o PEE entrou em vigor observa-se a dedicação no âmbito de ampliação do acesso ao ensino básico e superior de educação de qualidade. Evidencia-se a expansão das instituições de ensino superior do estado, proporcionando uma essencial contribuição ao processo de interiorização desse ensino (PARAÍBA, 2015).

Para o acompanhamento do PEE, o Conselho Estadual de Educação criou a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Educação da Paraíba. Pela portaria, esta comissão se encarrega de avaliar periodicamente a execução do PEE.

Nesta questão, ressalta-se que o PEE compreende o monitoramento e avaliação na qual se torna uma responsabilidade imensurável, pois são processos imprescindíveis para sua implementação efetiva. Nessa concepção compreende-se primariamente a expansão de qualificações para a melhora na qualidade de ensino, garantindo o acesso à educação superior de qualidade.

Dentre as políticas públicas educacionais, verifica-se a relevância frente ao papel transformador que ela se propõe. Portanto, reafirma-se a importância do PEE/PB, no favorecimento da democratização do ensino público e superior, por meio de objetivos e metas articulados à busca por assegurar processos participativos, que auxiliem no desenvolvimento do estado, assegurando educação de qualidade para a sociedade paraibana.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo documental e bibliográfico de abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa adotou essa abordagem, pois cabe a reflexão levantada por Minayo (1993, p.247), o referido autor indaga “de que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não responder perguntas fundamentais?”. Portanto, buscou-se observar os dados quantitativos e analisar se o mesmo geram questões para serem analisadas qualitativamente.

3.2 Identificação da fonte de dados

Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizado como fonte principal o PEE/PB (2015-2025). A fonte selecionada concentra as metas e estratégias relacionadas à temática em estudo, através de uma sistematização dos dados que possibilitem a compreensão das metas 20, 21 e 22, referentes à UEPB e UFCG. Por fim, foi necessário debruçar-se sobre os documentos oficiais disponibilizados pelas instituições estudadas, publicações do governo da Paraíba e arquivos digitais que contribuíram para o foco da pesquisa.

Outra importante fonte de dados referente a operacionalização do estudo, foi o portal oficial da UEPB (www.uepb.edu.br) e da UFCG (www.portal.ufcg.edu.br), na parte correspondente à transparência. Para informações sobre os relatórios e dados institucionais foram consultadas as pró-reitorias referentes a cada tema, especialmente as de Planejamento, Ensino de Graduação e Pós-graduação e Pesquisa.

3.3 Tratamento dos dados

Os dados que fizeram parte do referido estudo foram coletados dentre os documentos citados anteriormente. Após a busca ter sido refinada para a temática, foi realizada a leitura exploratória seguida da seletiva, para melhor identificar os dados que seriam úteis à pesquisa.

Para realização do tratamento dos dados, foi realizado um resgate histórico sobre informações referente as metas 20, 21 e 22 do PEE/PB, para isso foi realizada uma combinação por convergência dos dados quantitativos e qualitativos durante a fase de interpretação e análise dos dados, pois para Souza (2017 apud FLICK, 2004), esta convergência de informações proporcionam uma maior credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados.

3.4 Construção lógica e redação do trabalho

A apresentação e discussão dos resultados se deram através da construção de gráficos e tabelas, visando ilustrar os achados da pesquisa que foram discutidos à luz dos referenciais teóricos da administração política.

3.5 Aspectos éticos

Esta análise levou em consideração os aspectos éticos, assegurando a autoria dos documentos e dados pesquisados, utilizando para citação e referência dos autores, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa se apresenta e se discute os resultados desta análise documental, com o intuito de conhecer e caracterizar os frutos obtidos através da execução das metas de Ensino Superior.

4.1 Contextualização das instituições de Ensino Superior da Paraíba: UEPB e UFCG

A UEPB, desde a sua fundação, já apresentou traços característicos de ousadia para construção de uma identidade regional no ensino superior. Segundo Albino (2018), a fundação da instituição até os passos que a levaram à autonomia ficou mais claro o interesse moderno da instituição ao entrever o futuro como projeto e avanço. Destarte, sua importância para o estado da Paraíba é algo inquestionável, contudo, salienta-se que ao passo que o contexto se dinamiza, constata-se gerações que sucedem a sua formação na UEPB. Portanto, a instituição tem todas as condições de consolidar-se em nível nacional, como referência em ensino.

Nesse cenário, evidencia-se também como referência a UFCG que segundo Patrício Neto *et al.* (2017) destaca-se como a principal instituição do interior do estado da Paraíba, e após o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba ocorrido por meio da Lei Federal nº 10.419 de 09 de abril de 2002, foi concebida como instituição multicampi inicialmente constituída pelos campi Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, e anos depois novas instalações foram criadas nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Vale salientar que, a mesma configura-se como um dos maiores movimentadores de recursos públicos do Estado da Paraíba.

Neste ensejo, ressalta-se que as universidades supracitadas como instituições sociais influenciam no funcionamento da sociedade, e sua relevância pauta-se no importante papel propulsor do estado da Paraíba, conforme Fagundes (2014 apud GIROLETTI, 2005, p.117 e 119):

A marca da universidade, desde sua fundação, é promover a pesquisa e a didática em alto nível [...] para o desenvolvimento cultural, social e econômico dos respectivos países onde atua. Além de formar o autor, o pensador, o produtor de conhecimentos e o inovador, ela não pode abrir mão da sua responsabilidade de formar o cidadão e a pessoa humana na sua plenitude... a universidade conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao

reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la. Gera saberes, ideias e valores que passam, então, a fazer parte da herança.

A escolha para analisar a efetividade do PEE/PB da UEPB e UFCG deu-se a partir da relevância e contribuição destas instituições na promoção da melhoria da educação e desenvolvimento social, econômico e humano do estado da Paraíba. Dada a importância da educação superior e sua capacidade de transformar e induzir mudanças e avanços na sociedade (FAGUNDES,2014).

4.1.1 Meta 20

A meta 20 do PEE/PB, busca a elevação para 50% da taxa bruta de matrículas para a educação superior, sendo correspondente a 33% da taxa líquida para a população de 18 à 24 anos. Destas 40% das novas matrículas voltadas ao segmento público. Para alcance deste objetivo, foram traçadas estratégias que visam ampliar a oferta do quantitativo de vagas na rede estadual de educação superior considerando a densidade populacional em relação à idade referência, observando as características regionais das micro e mesorregiões.

Além disso, busca-se a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e de inovações acadêmicas que valorizam a aquisição de competências de nível superior. Referente a meta 20 as instituições apresentam os seguintes dados (Tabela 1):

Tabela 1 – Número de Matriculados nos anos de 2015 à 2021.

ANO	Total de Matriculados	
	UEPB	UFCG
2015	17.864	16.160
2016	17.885	16.843
2017	17.889	16.668
2018	15.120	16.606
2019	15.786	17.561
2020	16.286	16.318
2021	16.060	16.980
Total	116.890	117.136

Fonte: Relatório de atividades da UEPB de 2015 à 2021 e Relatório de Gestão da UFCG de 2015 às 2021

Na Tabela 1, mostra-se o total de matriculados da UEPB e da UFCG, as informações colhidas dos relatórios das instituições apresentam um crescimento de 25 matrículas nos três primeiros anos do estudo, em contrapartida a partir do ano de 2018 se inicia um declínio dos dados. Essa queda decorre de cortes orçamentários sofridos pela UEPB em 2018, que desencadeou na redução de 2.769 matrículas resultado da suspensão das chamadas do Sistema de Seleção Unificada (SISU), a consequência de tal fato foi a greve dos servidores técnicos-administrativos que iniciou em 30 de julho de 2018 e seguiu até o dia 03 de dezembro do mesmo ano, o encerramento foi decidido por força judicial impetrada pela administração central da UEPB, tal fato impossibilitou o cumprimento dos prazos para a efetivação das

chamadas e matrículas em 2018, fazendo com que o período de 2018.2 fosse extinto e renomeado para 2019.1.

Segundo Santos (2001) o que caracteriza a administração como política são as demandas encaminhadas à burocracia pública por partidos políticos quando se tratam de benefícios trazidos pelo orçamento público. Desta forma, observa-se que o gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, visando o alcance de suas finalidades devem ser expressas no bem-estar de uma sociedade. Contudo, observa-se neste caso que a decisão de corte orçamentário de 2018 por parte do governo do estado da Paraíba, que desencadeou a greve dos técnicos administrativos a qual impactou diretamente o bem estar social, visto que a instituição além de fomentadora do capital intelectual dos discentes, é fundamental para a sociedade visto que é beneficiada pelos programas, atividades de extensão e clínicas que ofertam serviços de qualidade e de forma gratuita para população.

Sendo o Estado o detentor do poder e dever de agir, para Santos (2001) a gestão das relações sociais perpassa o âmbito da sociedade, portanto deve-se estruturar estratégias que viabilizem o alcance dos objetivos do plano, visto que a administração política responde pela concepção do modelo de gestão para chegar à finalidade. Portanto, cabe a reflexão, como o Estado deve posicionar-se em momentos de escassez orçamentárias sem prejudicar as verbas destinadas para instituições de ensino superior que realizam atividades essenciais para o bem estar da sociedade?

Para Albino (2018) é necessário um fortalecimento e posicionamento de uma estrutura social, visto que a universidade popular e não pode ser confundida com um simples projeto de governo. Neste sentido, o referido autor indaga que esta estrutura, na maioria das vezes, esteve em confronto direto com o poder do governo do estado da Paraíba, portanto cabe aos paraibanos a tarefa de questionar, posicionar-se e pensar criticamente o próprio estado.

Na UEPB, os anos consecutivos apresentaram uma tendência de crescimento, contudo comparando os dados de 2015 com os de 2021, vê-se uma redução de 1.804 matriculados na instituição.

Na UFCG, observa-se o maior número de matriculados no ano de 2019 e o menor em 2015. Esse destaque em crescimento, justifica-se pela atuação da Pró-reitora de Ensino (PRE), a qual é responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino nos cursos de graduação com ações direcionadas as áreas prioritárias de atuação, sendo elas:

- a) no acompanhamento e na reformulação (quando necessário) dos projetos pedagógicos dos cursos da instituição (ao todo, trinta e dois projetos ao longo do ano);
- b) na adequação do aparato normativo, no intuito de democratizar e desburocratizar a gestão;
- c) no oferecimento, de forma permanente, de suporte variado às coordenações de curso, aos NDEs e aos Colegiados de Curso quanto a questões de natureza legal ou didático-pedagógica que envolvem os cursos da UFCG;
- d) na avaliação permanente dos diversos programas acadêmicos sob a responsabilidade, no intuito de melhorar a sua atuação e potencializar os seus impactos. (UFCG, 2015, p.33)

Obedecendo orientações de instituições sanitárias e de saúde, as universidades tiveram suas atividades suspensas em 18 de março de 2020, devido ao surto da doença causada pelo novo coronavírus, o qual rapidamente constituiu-se

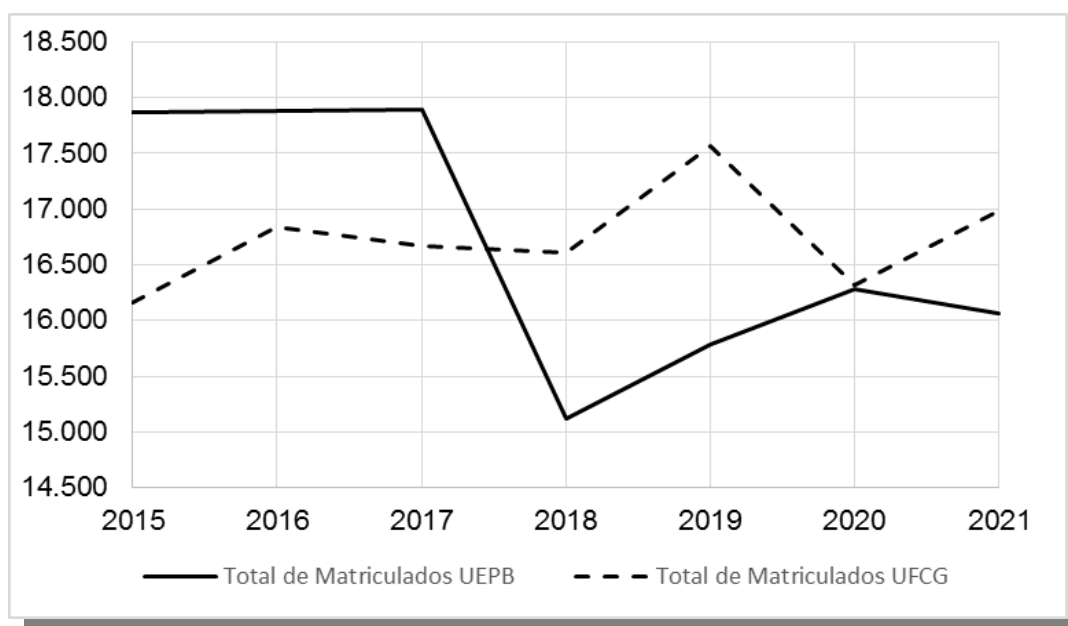
como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização Mundial de Saúde (UFCG,2020).

A taxa líquida de matrículas não pode ser analisada totalmente, pois não há informações do quantitativo populacional entre a faixa etária de 18 aos 24 anos, pois em consequência da pandemia da COVID-19 a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não ocorreu, sendo adiada para o ano de 2021, seguindo suspensão na sanção orçamentária do presidente Jair Messias Bolsonaro, declarando como justificativas dificuldades orçamentárias. Em 2022, o IBGE iniciou suas ações para esta operação, até o momento da escrita deste artigo, não se tem informações necessárias para complementar esta análise, visto que em 2010 foi realizado o último censo, e a cada ano os números são atualizados por estimativa, mas, com o passar do tempo essa aproximação torna-se defasada e abstrata, justifica-se aqui a decisão de não utilizá-las.

A não realização da pesquisa do censo traz consequências nas esferas da educação, saúde, economia, segurança, habitação dentre outras áreas, visto que seus dados servem de diagnóstico para as ações adotadas pela gestão pública. Portanto, se o objeto de estudo da administração política é a gestão (SANTOS, 2001), como a mesma recolherá informações censitárias para entender as reais necessidades das pessoas no Brasil? Além disso, tal acontecimento fica prejudicada a compreensão do Estado para traçar objetivos e metas, alocar recursos e insumos no atendimento as necessidades gerando o bem estar à população.

As duas instituições paraibanas empenham-se para alcançar a meta 20, correspondente à elevação da taxa bruta do número de matriculados, a UFCG por sua vez segue uma tendência de crescimento no número de matrícula pós retorno do ensino remoto, enquanto a UEPB apresenta um quantitativo menor de matriculados à comparar com o ano de 2020. No Gráfico 1 ilustra-se a demonstração gráfica do total de matriculados.

Gráfico 1 – Representação gráfica da Tabela 1 (Número de Matriculados 2015 à 2021)



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.1.2 Meta 21

Visando a qualidade da educação superior e ampliação na proporção de mestres e doutores do corpo docente em exercício para 75%, sendo deste total no mínimo 35% doutores, foram criadas estratégias que objetivem incentivar o processo contínuo de auto avaliação das instituições, além disso de fomentar a elevação do padrão de qualidade da universidade mantida pelo poder público estadual, a fim de direcionar estas atividades, por meio de pesquisas institucionalizadas, articuladas à graduação e aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, considerando a política de desenvolvimento econômico e a diversidade social e cultural do estado (PARAÍBA, 2015).

Tal processo de qualificação da educação no alcance da ampliação do número de mestres e doutores no estado da Paraíba, considera-se responsabilidade de ações da administração pública, que além de garantir a qualidade da educação, deve prover as estruturas necessárias e os mecanismos de valorização, bem como o fortalecimento dos saberes científicos que constituem um Estado. Portanto, o fomento à produção de conhecimento, com a finalidade de aumentar sistematicamente a qualificação de profissionais docentes (doutores e mestres) em exercício com a elevação da qualidade de educação ofertada envolve uma gestão de caráter político, econômico e cultural (SANTOS, 2001).

Na Tabela 2, a UEPB destaca-se com o maior quantitativo de mestres no ano de 2015. No referido ano, observa-se que 38,46% dos docentes possuíam esta titulação, enquanto 41,95% a titulação de doutores. Já em 2021, 26% do quadro total de docentes efetivos é composto por profissionais com a titulação de mestres, em contrapartida há um aumento de doutores que atingem o percentual de 69%.

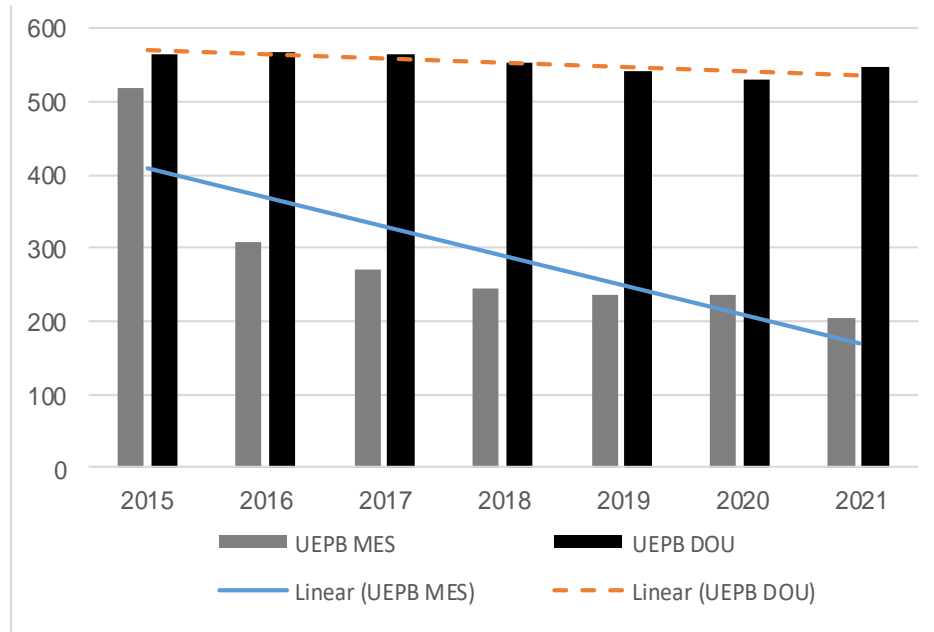
A partir do ano de 2018, o modelo de Relatório de Gestão da UFCG sofre uma alteração em seu formato, em consequência disto a informação sobre a titulação dos docentes não se encontra disponível como nos anos anteriores. Desta forma, a interpretação dos dados referente a esta meta ficou impossibilitada.

Tabela 2 – Número de docentes nos anos de 2015 à 2021

ANO	Total de docentes por titulação			
	UEPB		UFCG	
	MÊS	DOU	MES	DOU
2015	518	565	438	864
2016	309	568	415	925
2017	271	564	388	961
2018	245	554	-	-
2019	236	540	-	-
2020	237	531	-	-
2021	204	546	-	-

Fonte: Relatório de atividades da UEPB de 2015 à 2021 e Relatório de Gestão da UFCG de 2015 às 2021

Gráfico 2 – Representação gráfica dos dados da UEPB da tabela 2 (Total de docentes por titulação)

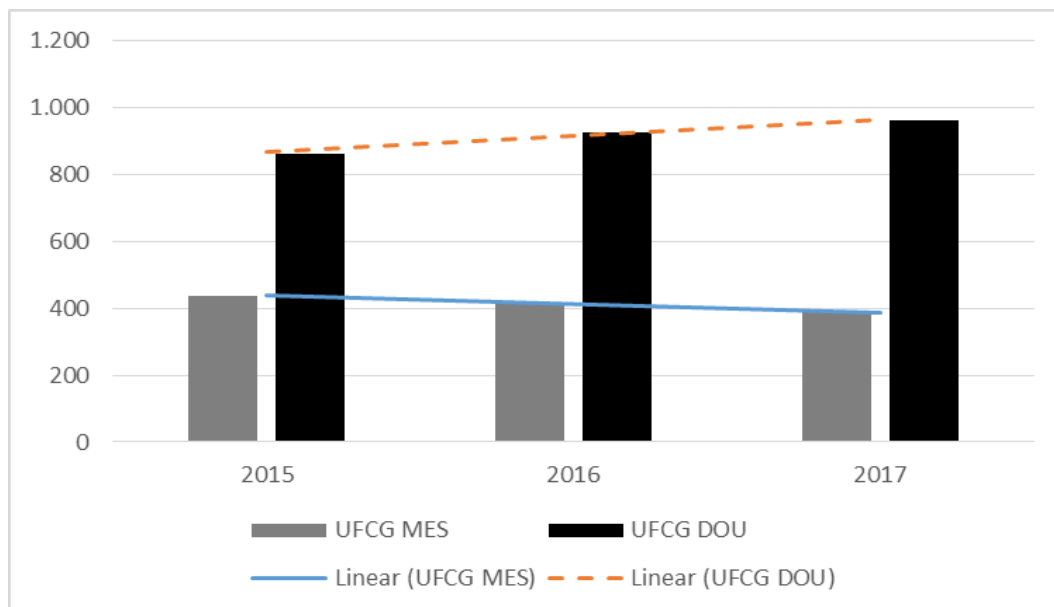


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Observa-se que a linear da instituição no quesito doutores, manteve-se constante com pequenas oscilações, em contrapartida a linear de profissionais da educação com a titulação de mestres apresentou uma queda.

Na UFCG com alusão ao servidor docente, às capacitações realizadas ocorre conforme o Plano de Capacitação das Unidades acadêmicas, todos os anos há um planejamento de ações para qualificação dos docentes, em 2015 este plano não pode ser executado, visto que a instituição passou por um período de paralisação que durou 135 dias. É possível observar no Gráfico 3, uma tendência crescente do número de docentes efetivos doutores na instituição.

Gráfico 3 – Representação gráfica dos dados da UFCG da tabela 2 (Total de docentes por titulação)



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.1.3 Meta 22

Possui como finalidade o alcance da ampliação o número de mestres e doutores na Paraíba, com o foco na contribuição da meta 14 do PNE que visa alcançar uma elevação gradual de matrículas na pós graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores. Para alcançar este propósito, as estratégias traçadas visam ampliar a oferta de programas de pós graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado com incentivo do CAPES, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.

Somado a isso, visa consolidar programas, projetos e ações que objetivem a difusão da pesquisa e da pós graduação paraibana, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento dos grupos de pesquisa. Nesta perspectiva, há ações que buscam a ampliação de investimentos em pesquisa e na formação de recursos humanos, com o foco em desenvolvimento e estímulo à inovação. A estratégia possui como finalidade promover a formação de recursos humanos que valorizem a diversidade regional e a biodiversidade do semiárido, especialmente as zonas fisiográficas paraibanas, bem como a gestão de recursos hídricos, especialmente no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região (PARAÍBA, 2015).

No contexto desta meta, inclui-se a preocupação na formação de novos docentes, para isso é necessária a realização de ações governamentais que priorizem a formação continuada, com uma estrutura sólida para promover a formação inicial e expandir a formação continuada destes profissionais. Desta forma, indaga-se: as políticas educacionais do governo do Estado da Paraíba têm dado ênfase na formação e consolidação de projetos de pesquisa e na formação de profissionais docentes?

Compreende-se, pois que a formação é um processo que envolve uma dimensão social que influencia nas relações de Estado com a sociedade na concepção de concretizar o projeto de nação, materializado também na execução dos planos de educação, na qual a sua efetividade devem retornar ao nível macro para avaliar se o modelo de gestão adotados está no direcionamento correto para o comprimento desta finalidade social (SANTOS, 2001).

No que se refere ao cumprimento da meta 22 do PEE/PB, observa-se na Tabela 3, que a UEPB segue em um ritmo crescente no número de matrículas da Pós graduação *stricto sensu*, em 6 anos a ampliação deste quantitativo aumentou em aproximadamente 88%. Em contrapartida, na UFCG desde 2015 o número de oferta de vagas e de matriculados é superior ao da instituição estadual. Em 2016 há uma queda de entrantes nessa modalidade comparado ao ano anterior, tal fato se dá por uma redução no orçamento discricionário a ela destinada pelo Governo Federal, considerando este corte houve a inviabilidade na oferta de vagas. Contudo a instituição buscou reerguer-se a fim de reverter os impactos deste bloqueio para continuar suas atividades com a qualidade esperada pela sociedade, mesmo com recursos escassos.

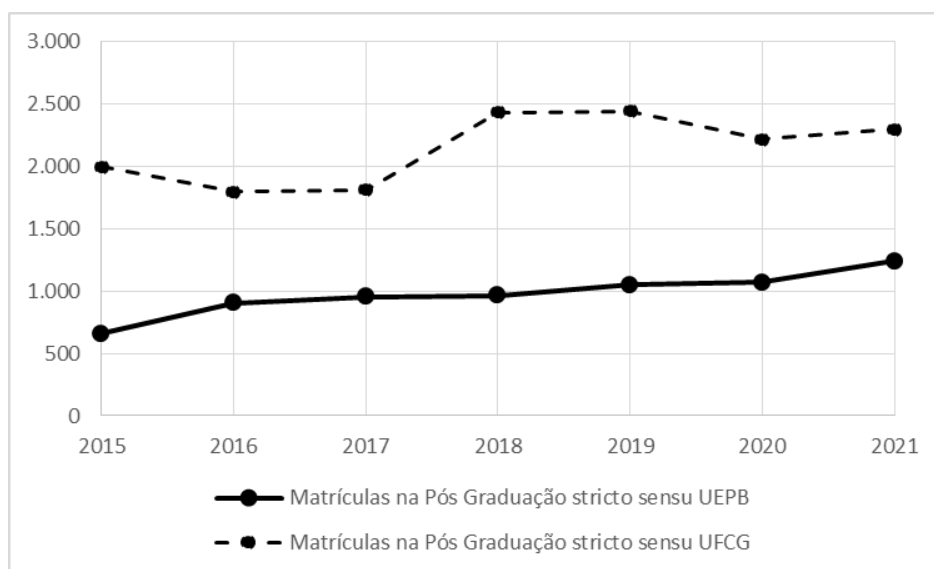
Tabela 3- Total anual de matrículas na Pós Graduação *Stricto sensu*

ANO	Matrículas na Pós Graduação <i>stricto sensu</i>	
	UEPB	UFCG

2015	658	2.000
2016	904	1.799
2017	956	1.813
2018	965	2.433
2019	1.052	2.446
2020	1.071	2.217
2021	1.239	2.300

Fonte: Relatório de atividades da UEPB de 2015 à 2021 e Relatório de Gestão da UFCG de 2015 às 2021

Gráfico 4- Representação gráfica do número de matriculados na Pós Graduação *Stricto Sensu*



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Vale ressaltar, que apesar da meta 22 ser alinhada a 14 no PNE, para uma melhor mensuração do cumprimento, levando em consideração as particularidades do estado da Paraíba, instiga a refletir sobre a possibilidade da criação de uma meta individual para o território de estudo, desta forma seria mais viável a análise da sua vigência. Contudo, observando o objetivo de alcance nacional, a UEPB e UFCG contribuíram respectivamente com 6.845 e 15.005 de matriculados nos 6 primeiros anos de vigência do PEE.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise comparativa sobre cumprimento das metas 20,21 e 22 do PEE da Paraíba nas instituições de ensino superior Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Baseou-se no campo do conhecimento denominado como Administração Política, evidenciando-a como fator preponderante para a estruturação de formas de gestão que viabilizam o alcance de objetivos. Destarte, a gestão é uma categoria essencial para a administração política: o campo do conhecimento que proporciona uma maior interação do Estado com a sociedade, do ente político com o econômico e social e vice-versa.

Observa-se na pesquisa lacunas referentes aos dados para análise do cumprimento das metas, a não realização do censo demográfico prejudicou a interpretação coerente da taxa líquida de matriculados na graduação. Somado a isto, os dados referentes ao número de docentes efetivos mestres e doutores não se encontram disponíveis nos Relatórios de gestão da UFCG à contar do ano de 2018, onde o formato do documento foi alterado, seguindo nesta nova versão nos anos posteriores. Tal fato, interferiu na precisão do tratamento dos dados para realização de uma análise assertiva.

Como marco da UEPB, vale ser ressaltado a greve dos técnicos administrativos ocorrida no ano de 2018 que desencadeou no atraso do cronograma acadêmico da instituição. Este acontecimento acarretou na redução de um semestre da instituição, impedindo a entrada de 2.769 estudantes. Além disso, tal ocorrência prejudicou o andamento das atividades de extensão e de pesquisa realizadas pela universidade, visto que um semestre foi extinto.

Um fato a ser considerado foi o prejuízo no desempenho das instituições que ocorreu ano de 2020, com a crise sanitária da pandemia da COVID-19. A UEPB e UFCG suspenderam as atividades presenciais a partir do mês de março. Como consequência, os indicadores da instituição avaliados pelo PEE/PB sofreram interrupções em sua trajetória, portanto pontua-se a necessidade de haver uma repactuação no que se refere as metas do PEE/PB.

Portanto, este estudo levanta novas indagações sobre como seguirá os rumos da Educação Superior nesta realidade. Quais seriam as novas metas? Como superar os desafios impostos pela pandemia? Como mensurar a real efetividade das instituições levando em consideração este cenário atípico? Tais perguntas precisam ser respondidas pelo Conselho Estadual de Educação e pela Secretaria de Educação do Estado.

Finalmente, cabe destacar as possibilidades de ampliação deste trabalho visto que, os resultados obtidos abrem novos caminhos para reflexões e futuras análises sobre o tema, como enfatizado, o escopo deste estudo restringe-se a UEPB e UFCG. Dessa forma, abre-se aqui a necessidade de ampliação do escopo do estudo para maior abrangência das instituições da Paraíba, um estudo válido seria realizar uma análise comparativa incluindo também a Universidade Federal da Paraíba, desta forma seria possível compreender os esforços rumo ao cumprimento do PEE/PB e monitorar o andamento das instituições públicas de ensino superior do estado.

Sugere-se que o estudo seja ampliado para as universidades em outras esferas estaduais, para analisar o comportamento de outras IES frente a busca da realização dos seus respectivos planos em busca da efetivação do Plano Nacional de Educação, portanto em estudos futuros, vale ressaltar que abrangência temporal que abarque toda a vigência do plano tornará a análise ainda mais completa e assertiva.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Luciano. Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da universidade estadual da paraíba. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S.L.], v. 5, n. 2, p.005, 24 maio 2018. Fundação Universidade Regional de Blumenau.
- AMARAL, M; MONTEIRO, D; ALMEIDA, T. A natureza do conhecimento científico e a proposta da administração política. **Revista de Administração Política**, v. 8, n. 1, p. 185-204. 2015.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, **1988**.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, n. 248, p. 27833-27841.
- CHAUSSÊ, Araci Angélica; MESSIAS, Diego Batista; CORRÊA, Solange R. S. O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Direito em Revista - Faculdade de Ilhéus**, Ilhéus - BA, 2019.
- CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. **Avaliação Social Multicritério da Implantação do Porto Sul**, Ilhéus, Bahia. UFRRJ, 2013
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DUTRA, Rodrigo. **Como são aplicadas as Políticas Educacionais no Brasil?** TUTORMUNDI, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/politicas-educacionais-do-brasil/>.
- FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho; GIROLETTI, Domingos Antônio. **UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo da contribuição da universidade estadual do Sudoeste da Bahia–UESB**. 2014.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Benjamin Constant**, n. 29, 2004.
- GOMES, Fábio Guedes. O jovem percurso da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 7-24, 2012.
- GONÇALVES, G. A.C. **Gestão de Políticas Públicas Inovadoras e Sustentabilidade no Município de Campina Grande – PB: uma proposta de avaliação à luz das iniciativas democráticas e participativas**. Campina Grande,

2011. 193 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, UFCG, 2011.
- HÖFLING, ELOISA DE MATTOS. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Cadernos Cedes**, [s. l.], ed. nº 55, 2001.
- LOPES, B.; AMARAL, J. N.; WAHRENDORFF, R. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília. 2009. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Capítulo 3: Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Ed. Vozes.
- MORAI, Gabriela Alves. O PROGRESSO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: análise do direito a educação e desenvolvimento da pessoa humana. **Revista Direito & Realidade**, [s. l.], v. 10, n. 7, p. 37-48, set. 2019.
- NUNES, Ariadne Barbieri. **Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (PEE-RS): um olhar sobre a Educação Superior**. 2018.
- OLIVEIRA, M. **Considerações sobre a neutralidade da ciência**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-172, 2003.
- PAIXÃO, Cassiane de Freitas. Reflexões sobre a Política Educacional no Brasil: o “Espírito” da Lei. **IV Simpósio Internacional: VII Fórum Nacional de Educação**, [s. l.], 2010.
- PARAÍBA, **Plano Estadual de Educação**. Secretaria Estadual de Educação: 2015.
- PARAÍBA. Lei n.º 10.488, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) da Paraíba. **Diário Oficial do estado da Paraíba**, 2015.
- PATRÍCIO NETO, Honório et al. Planejamento e Gestão Universitária na UFCG: uma análise crítica do Plano de Desenvolvimento Institucional–2010 a 2014. 2017.
- RANGEL, Susana Salum. Educação Superior: O papel da União e a garantia da qualidade do ensino. 2012. 414 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, J. Política e administração. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 37, p. 167-193, 2006.
- RONCAGLIA, André; CARDOSO, Fernanda. Celso Furtado, Subdesenvolvimento e a Educação. **GGN: O Jornal de todos os Brasis**, [s. l.], 26 jul. 2020.

SANTOS, R. A integração do plano analítico: os estudos no campo da administração política. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 956-986, 2017.

SANTOS, R. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. **Revista de Administração Política**, v. 35, n. 5, p. 49-77, 2001.

SANTOS, R. Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil. **Revista de Administração Política**, v. 3, n. 2, p. 11-38, 2010.

SANTOS, R; RIBEIRO, E; RIBEIRO, M; PINTO, F. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **EBAPE**, v. 15, n. 4, p. 939-959, 2017.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SANTOS, Thiago Chagas Silva. Bases teórico-metodológicas de administração política. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 43, n. 4, p. 919 a 941-919 a 941, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2013

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 22, n. 71, p. 1-23, 9 out. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa:: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. Educação e Filosofia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Relatório de Atividades 2015**. Campina Grande, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Relatório de Atividades 2016**. Campina Grande, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Relatório de Atividades 2017**. Campina Grande, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Relatório de Atividades 2018**. Campina Grande, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Relatório de Atividades 2019**. Campina Grande, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Relatório de Atividades 2020**. Campina Grande, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão 2018**. Campina Grande, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão 2019**. Campina Grande, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão 2020**. Campina Grande, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão 2021**. Campina Grande, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Campina Grande, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Campina Grande, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Campina Grande, 2018.

VASSOLER, Márcia Cecília. DO PLANO NACIONAL AOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: a importância do monitoramento e avaliação. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 56-65, 4 nov. 2019. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional—uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

VONBUN, Christian; DE OLIVEIRA MENDONÇA, João Luís. **Educação superior uma comparação internacional e suas lições para o Brasil**. Texto para Discussão, 2012.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido força, sabedoria e saúde para realização deste sonho e por estar comigo em todos os momentos da minha vida.

A minha mãe Sueli Alvares, responsável por desempenhar um papel fundamental na minha formação como pessoa, sendo minha referência de mulher, de caráter, perseverança e fé. A ela atribuo o meu amor incondicional.

A minha irmã Emanuely Alvares, por toda ajuda nesta caminhada. Você sempre será para mim uma referência de dedicação e excelência naquilo que se propõe a fazer.

A minha avó Ivonete Silva por nunca ter medido esforços para me auxiliar a chegar até aqui, desde o início os seus esforços me fizeram estar onde estou hoje.

Ao meu namorado, John Mikael pela parceria e por suas palavras de incentivo e admiração que foram essenciais para me motivar na conclusão desta importante etapa em minha vida.

Ao meu orientador, o Professor Geraldo Medeiros, que foi fundamental nesta caminhada, a ele posso atribuir o meu carinho especial pela docência, visto que para mim ele é um exemplo de profissional apaixonado pelo que faz.

A todo o Departamento de Administração, que sempre esteve disposto a me auxiliar e estimular o crescimento do meu conhecimento enquanto aluna e agora como profissional.

A Universidade Estadual da Paraíba, lugar que sempre recordarei com carinho, estendo as gratidões a todos os professores, funcionários e técnicos-administrativos.